

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

02
Fev
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

A PEDIDO DO STF

Justiça quer agilizar processos de presos

Tribunal de Justiça do Estado realizou reunião para discutir força-tarefa

Para discutir medidas que visam dar agilidade às tramitações das ações penais que envolvem réu preso, os chamados presos provisórios, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Annibal de Rezende Lima, se reuniu, na tarde de ontem, com representantes da Justiça do Estado.

A reunião atende a um pedido da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, que durante

PAÍS INTEIRO

27

Tribunais

Receberam pedido do STF para agilizar os processos de presos.

um encontro realizado com todos os presidentes dos 27 Tribunais da Federação, em janeiro deste ano, em Brasília, pediu empenho do Judiciário na resolução de processos da área criminal.

Durante a reunião, foi discutida a montagem de uma força-tarefa envol-



Reunião discutiu como os processos podem ser agilizados no Espírito Santo

vendo juízes criminais, membros da Defensoria Pública e do MPES para, juntos, estabelecer uma programação para a reali-

zação de audiências envolvendo presos que cumpram prisão provisória, ou seja, que ainda estão com julgamento pendente.

Agora, após discutir de que maneira cada uma das instituições poderá atuar nas medidas propostas durante o evento,

será realizado um estudo dos processos e, em seguida, estabelecido um calendário para que as audiências aconteçam.

O evento foi na sala de reuniões da presidência do TJES, contando também com a participação do vice-presidente do TJ, desembargador Fábio Clem de Oliveira; do Supervisor das Varas de Execuções Penais, desembargador Fernando Zardini Antonio; do Secretário de Estado de Segurança Pública, André Garcia; do Subprocurador-geral do Ministério Público Estadual (MPES), Josemar Moreira; e do Subcomandante-geral da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), coronel Rogério Maciel Barcelos.

Força-tarefa para julgar processos no Estado

Representantes do Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública Secretária de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Justiça e outras autoridades se reuniram ontem para discutir medidas que visam dar agilidade às tramitações das ações penais de presos provisórios. Será feita uma força-tarefa para programar audiências desses internos.

Justiça do ES quer agilizar processos de presos provisórios

Reunião entre representantes da Justiça discutiu medidas para dar rapidez. Discussão aconteceu a pedido da presidente do STF, Carmém Lúcia.

Para discutir medidas que visam dar agilidade às tramitações das ações penais que envolvem réu preso, os chamados presos provisórios, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), desembargador Annibal de Rezende Lima, se reuniu, na tarde desta quarta-feira (1), com representantes da Justiça do estado.

A reunião atende a um pedido da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmém Lúcia, que durante um encontro realizado com todos os presidentes dos 27 Tribunais da Federação, em janeiro deste ano, em Brasília, pediu empenho do Judiciário na resolução de processos da área criminal.

Durante a reunião, foi discutida a montagem de uma força-tarefa envolvendo juízes criminais, membros da Defensoria Pública e do MP-ES para, juntos, estabelecer uma programação para a realização de audiências envolvendo presos que cumprem prisão provisória, ou seja, que ainda estão com julgamento pendente.

Agora, após discutir de que maneira cada uma das instituições poderá atuar nas medidas propostas durante o evento, vai ser feito um estudo dos processos e, em seguida, estabelecido um calendário para que as audiências aconteçam.

O evento foi na sala de reuniões da presidência do TJ-ES, contando também com a participação do vice-presidente do TJ, desembargador Fabio Clem de Oliveira; do Supervisor das Varas de Execuções Penais, desembargador Fernando Zardini Antonio; do Secretário de Estado de Segurança Pública, André Garcia; do Subprocurador-geral do Ministério Público Estadual (MP-ES), Josemar Moreira; e do Subcomandante-geral da Polícia Militar do Espírito Santo (PM-ES), coronel Rogério Maciel Barcelos.

Ex-prefeito de Nova Venécia é inocentado pela Justiça

3 Walter de Prá (DEM), ex-pre-
1 feito de Nova Venécia, foi absol-
- vido da acusação de irregularida-
- des no recebimento de diárias,
- referentes aos exercícios finan-
3 ceiros de 2005 e 2006.

3 Segundo a sentença do juiz Ivo
2 Nascimento Barbosa, diante da
3 insuficiência de provas, ele jul-
- gou improcedente a pretensão
- punitiva do Ministério Público.

3 ALEGRE

1 Já a 1ª Câmara Cível do Tribu-
1 nal de Justiça do Estado anulou
- ontem, por unanimidade, a sen-
- tença que condenava o ex-prefei-
3 to de Alegre José Carlos de Oli-
- veira, o Caleu, em ação de impro-
1 bididade administrativa interposta
pelo Ministério Público.

DECISÃO JUDICIAL EM GUARAPARI

Empresa paralisa obra de condomínio de luxo

GUARAPARI

Antes mesmo de ser notificada oficialmente pela Justiça, a empresa Pacífico Empreendimentos e Participações decidiu paralisar a construção de um condomínio de luxo, com 22 casas, no alto da praia da Bacutia, em Guarapari.

Uma liminar proferida pelo juiz Gustavo Marçal da Silva e Silva, da Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente, determinou a suspensão da obra na tarde da última segunda-feira.

Por nota, a Pacífico Empreendimentos e Participações, criada por um grupo de empresários para administrar a obra, disse que está segura de que seguiu os trâmites legais exigidos pelos órgãos licenciadores e que já acatou a decisão judicial com a mesma lisura com que tem pautado as suas ações, mas que vai recorrer.

A ação foi movida pela Associação de Moradores da Enseada Azul (Ameazul), que alega que a

região é área de preservação permanente e, ainda que é tombada pelo Conselho Estadual de Cultura.

“Com a decisão proferida, poderemos ter acesso a todo o processo e às licenças exigidas para a execução da obra”, explicou o advogado da associação, João Alexandre Vasconcellos.

“A empresa responsável não fez audiências públicas, como demanda a construção de um empreendimento de mais de 5 mil metros quadrados, conforme prevê o antigo PDM (Plano Diretor Municipal). O juiz entendeu que as licenças não preencheram todo o trâmite necessário”, completou.

Para o presidente da associação, Manoel Gonçalves, o processo foi atropelado e órgãos importantes, como o Conselho Estadual de Cultura, não tinham conhecimento sobre a obra.

“Para que a construção continue é preciso avaliar as licenças que a empresa diz ter”, afirmou.

ROBERTA BOURGUIGNON

**CONSTRUÇÃO** na Bacutia: empresa vai recorrer de decisão da Justiça

Ministério Público recorre para reduzir valor do pedágio de Guarapari

**MPES quer anular decisão do TJ que manteve pedágio a R\$ 8,50.
Órgão constatou que motoristas pagam por serviço que não é prestado.**

O Ministério Público do Espírito Santo (MPES), por meio da Procuradoria de Justiça Cível, ingressou com um recurso para anular a decisão do Tribunal de Justiça (TJES) que manteve o valor de R\$ 8,50 no pedágio da Rodovia do Sol, em Guarapari.

Com base no relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) e outras diligências próprias, o MPES constatou que os usuários da rodovia pagam a tarifa de “Conservação Especial”, embutida no valor do pedágio, mas o serviço não é prestado. Essa tarifa diz respeito à manutenção para recuperar o tempo de vida útil da pista.

Assim, o MPES requer o deferimento do recurso por entender que o Estado também é prejudicado pelas irregularidades da concessionária e que a decisão de manter o valor de R\$ 8,50 carece de argumentos.

Histórico

Em setembro de 2016, após uma Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo MPES, o pedágio foi reduzido de R\$ 8,50 para R\$ 7,70.

A diminuição diz respeito à retirada da tarifa de “Conservação Especial”, pois, segundo o TCE-ES, o serviço nunca foi prestado efetivamente nos últimos 16 anos, visto que a cobrança do pedágio no posto localizado no Km 30 de Guarapari foi iniciada no ano de 2000. Em outubro, o Tribunal de Justiça suspendeu a liminar e o pedágio voltou a custar R\$ 8,50.

Rodosol

A RodoSol concessionária que administra a via, informou que ainda não foi intimada a se manifestar sobre o recurso do Ministério Público.

Por nota, afirmou que executa e executou, durante o período de concessão, os serviços de Conservação Especial necessários para atendimento e manutenção dos parâmetros mínimos exigidos no PER – Programa de Exploração da Rodovia, parte integrante do Contrato de Concessão.

Notícias

Leite impróprio para consumo leva cooperativa a indenizar consumidor em R\$ 5 mil em Vitória (ES).

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?entity.id=334949>

Veja como abrir processo na justiça sem advogado

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/02/1486042023696239183.html>

MORO É SUGESTÃO DE JUÍZES PARA VAGA NO STF

Lista tríplice encabeçada pelo magistrado será entregue a Temer

SÃO PAULO

Em meio à indefinição do nome que ocupará a vaga de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF), escolha que caberá ao presidente Michel Temer (PMDB), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) sugeriu o juiz Sérgio Moro, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Reynaldo Fonseca e o desembargador Fausto De Sanctis para o posto.

A lista tríplice foi votada por 761 associados da principal entidade dos magistrados federais do país. Moro, que comanda a Operação Lava Jato em primeira instância, recebeu a maior votação, 319 votos, seguido de perto pelo ministro do STJ, com 318. Em terceiro ficou o desembargador De Sanctis, com 165 votos.

O resultado da consulta interna da entidade dos juizes federais deverá ser levado a Temer, mas ele não é obrigado a optar por nenhum dos listados. O peemedebista sofre pressões



O juiz federal Sérgio Moro discursou durante velório do ministro Teori Zavascki

do próprio partido para indicar um ministro "com trânsito político". Muitos dos aliados do presidente, e ele próprio, foram citados em delações premiadas.

Se o juiz Moro fosse alçado ao STF, no entanto,

outro problema poderia surgir. A operação perderia seu protagonista no primeiro grau e o magistrado ainda ficaria impedido de analisar recursos sobre decisões que ele mesmo tomou. Moro con-

DONALDO HADLICH/AE - 21/01/2017

Dilma será testemunha de Odebrecht

O juiz Sérgio Moro voltou ao trabalho ontem e marcou a data em que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) deve depor como testemunha do empresário Marcelo Odebrecht. Será no dia

24 de março, por meio de videoconferência com Porto Alegre (RS). A ação penal é oriunda da 35ª fase da Lava Jato, que envolve o ex-ministro Antônio Palocci, preso desde setembro.

HONRA

"Foi uma grande honra. (A lista) reflete o apoio dos magistrados federais aos trabalhos na Lava Jato"

SÉRGIO MORO
JUIZ FEDERAL

Lava Jato, o que é importante para que se possa prosseguir", afirmou.

Pela Constituição, os critérios para indicação de ministros do STF são que seja "cidadão com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada". O nome deve ser indicado pelo presidente da República e precisa ser aprovado pela maioria absoluta do Senado. Não há prazo para a definição. Temer já disse que vai aguardar a escolha do novo relator da Lava Jato, feita entre os atuais ministros do STF, para apontar o novo integrante da Corte. (Com agências)

siderou o resultado da eleição interna da Ajufe como um incentivo de seus pares à Lava Jato.

"Foi uma grande honra figurar na lista tríplice ao lado de tão ilustres magistrados federais, como o

ministro Reynaldo Fonseca e o desembargador Fausto de Sanctis, além de todos os demais previamente selecionados. Mais relevante, reflete o apoio dos magistrados federais aos trabalhos na Operação

CRISE NOS PRESÍDIOS

Ministro do STF defende legalização da maconha

Luís Roberto Barroso acredita que a medida desarticularia o tráfico de drogas e reduziria as condenações por esse crime no País

A legalização da maconha. O tema polêmico foi citado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, como um possível meio de alívio para a crise que o sistema penitenciário brasileiro vem atravessando.

O ministro, que defendeu o assunto, em Brasília, durante a tarde de ontem, afirmou acreditar que a medida serviria tanto para desarticular o tráfico de drogas, quanto para a redução das condenações relacionadas ao tráfico.

Barroso chegou a declarar que, se a experiência funcionasse com a maconha, seria o caso de legalizar também a cocaína. Contudo, ele disse que a legalização seria apenas a primeira etapa e que deve-se ir a fundo no assunto.

“Não se trata de descriminalizar o consumo pessoal, é mais profundo do que isso. A gente deve legalizar a maconha. Produção, distribuição e consumo. Tratar como se trata o cigarro, uma atividade comercial”, afirmou.

De acordo com Barroso, o que dá poder ao tráfico é justamente a ilegalidade e a partir do momento que a comercialização da droga fosse legalizada, o tráfico seria diretamente atingido em seu poder. “A minha proposta não é ideológica. Não acho que droga seja bom. Sou contra a criminalização, como é feita no Brasil”, disse.

Um processo a favor da descriminalização do porte de drogas começou a ser analisado no plenário do STF. Porém, teve o julgamento interrompido por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki. Após a morte do ministro, o sucessor dele, que será escolhido pelo presidente Michel Temer, vai herdar o processo.

A expectativa é de que o caso demore até ser devolvido ao plená-

“ Não se trata de descriminalizar o consumo pessoal. A gente deve legalizar a maconha. Produção, distribuição e consumo. Tratar como atividade comercial ”



MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO disse, em Brasília, que o poder que o tráfico tem hoje vem da ilegalidade

rio, porque o novo ministro terá que estudar o caso para elaborar o voto.

Na opinião do ministro cabe o Congresso Nacional sobre o assunto, mas para isso é preciso antes despir-se de preconceitos.

Para o secretário de Estado de Controle e Transparência, Eugênio Ricas, a descriminalização não é a saída para a crise no sistema penitenciário nacional. Ricas, que já esteve por três anos à frente da Secretaria de Estado da Justiça, afirmou ser favorável à delimitação de uma quantidade para diferenciar o traficante do usuário.

“Sou parcialmente favorável, mas não vejo a descriminalização como saída. Se tivermos uma quantidade específica determinada por lei para diferenciar o traficante do usuário, imediatamente se reduz as prisões desnecessárias”, explicou.

Para Ricas, a outra parte da solução passa pela educação.

Delegado discorda de ação

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, defendeu a legalização da maconha devido ao fato da maioria das prisões serem de pequenos traficantes que representam risco menor para a sociedade, segundo ele.

Entretanto, para o titular da Delegacia Especializada em Tóxicos e Entorpecentes (Deten) Augusto Giorno, a legalização não é a melhor alternativa.



AUGUSTO Giorno é contra a medida

“Não vejo a legalização como uma solução mágica para a superlotação dos presídios, até porque é preciso lembrar que existem vários outros crimes relacionados ao tráfico e outros tipos de droga, além da maconha”, ponderou.

O juiz e professor de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Ezequiel Turíbio também acredita que a legalização não seja a melhor alternativa para o problema e diz que ainda haverá o risco da clandestinidade.

“É como a questão da bebida alcoólica, por exemplo, que é socialmente aceita, legalizada. Mas nem por isso deixou de haver clandestinidade”, refletiu.

O secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, André Garcia, afirmou que a questão é polêmica e deve ser amplamente discutida.

CARLOS HUMBERTO/SCO/STF - 28/06/2016

ANTONIO MOREIRA - 10/01/2017